

Pela recuperação das carreiras e das profissões

A fragilização dos vínculos dos trabalhadores da Administração Pública através da Lei 12-A/2008 foi uma das componentes do mais severo ataque contra as funções sociais do Estado e os serviços públicos.

Ao invés de resolver os já graves problemas de instabilidade e precariedade laboral que existiam na Administração Pública, com a publicação desta lei, a precariedade e incerteza para trabalhadores e utentes tornaram-se regra.

Neste sentido, a Frente Comum considera que «a reestruturação e a revalorização das carreiras da Administração Pública é um objectivo fundamental dos trabalhadores», que têm sofrido uma acentuada perda de rendimentos na última década.

A remuneração base média líquida do conjunto dos trabalhadores da Administração Pública, em 2017, era 12 por cento inferior à de 2010. Assim, entre 2010 e 2017, o poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública diminuiu, em média, 12,7 por cento, tendo em conta a inflação. As suas remunerações continuam abaixo do nível de 2010, em consequência do congelamento das progressões e da não revisão da Tabela Remuneratória Única, garantindo a progressividade entre escalões.



RECUPERAÇÃO DAS PROFISSÕES POR GRUPOS

Carreira do grupo técnico superior

Deve agregar todas as profissões que pertenciam ao grupo profissional de Técnico Superior.

Carreiras do grupo técnico-profissional

Integração neste grupo de carreiras todas as profissões que dele faziam parte, sem prejuízo de, por um lado, excluir determinadas situações que estão a ser objeto de análise específica e, por outro lado, incluir outras profissões manifestamente mal integradas no chamado grupo auxiliar.

Carreiras do grupo administrativo

Quanto aos assistentes administrativos, devem ser mantidas as 3 categorias anteriormente previstas.

Grupo auxiliar

Este grupo não integra propriamente carreiras, mas sim um vasto conjunto de profissões, com uma única categoria.

A Frente Comum exige ainda a recuperação da carreira de Auxiliar de Acção Educativa e da carreira de Auxiliar de Acção Médica.

Pessoal operário

Exigimos dois grupos de pessoal que foram extintos em 2009:

- Operário altamente qualificado
- Operário qualificado.

As carreiras do Regime Geral devem ser criadas com índice 100, correspondente a 850 euros, remuneração base da AP.

Princípios gerais sobre progressão e promoção

A Frente Comum exige o estabelecimento de regras comuns a todas as carreiras, incluindo as carreiras não revistas e as carreiras subsistentes, sem prejuízo de eventuais adaptações impostas por especificidades muito próprias de determinadas profissões, nos seguintes termos:

Progressão – evolução de uma posição remuneratória para a seguinte, na mesma categoria, após se completarem 3 anos em determinada posição, com avaliação de desempenho positiva.

Promoção – passagem de uma categoria para a seguinte, de uma determinada carreira, por concurso.

A revisão das carreiras e corpos especiais, a ocorrer, será com base no Novo Sistema Retributivo (Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro).